

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO COM
PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS**

**SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND SPECIAL EDUCATION: A STUDY WITH
PUBLIC SCHOOL TEACHERS**

Cidimar Andreatta

Doutor em Ensino de Matemática

Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, Brasil

E-mail: cidimar.andreatta@faceli.edu.br

Bruno Paula da Silva Ferraz

Especialista em Educação Física

Prefeitura Municipal de Colatina, Brasil

E-mail: brunopsf@gmail.com

Resumo

O presente artigo científico é uma pesquisa de revisão bibliográfica e de campo de cunho descritivo que busca discutir as conexões e aproximações entre a Educação Física Escolar e a Educação Especial na Educação Básica. A Educação Especial é uma modalidade de ensino da Educação Básica que se articula com todas as etapas de ensino da Educação Básica, ou seja, com a Educação Infantil, com o Ensino Fundamental e com o Ensino Médio. A Educação Física sendo um componente curricular obrigatório que pertence a área de conhecimento de Linguagens está integrada em todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. A pesquisa de campo foi realizada com a aplicação de questionários direcionados a 21 professores de Educação Física que atuam na Educação Básica em escolas públicas da rede municipal de ensino de Colatina, estado do Espírito Santo. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é discutir possibilidades de trabalho com o componente curricular de Educação Física aliado à Educação Especial. As contribuições deste componente curricular para a Educação Especial, na Educação Básica, estarão em constante discussão nesta pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstram possibilidades de articulação entre a Educação Física e a Educação Especial, porém ainda falta formação apropriada docente para trabalhar com as crianças com deficiência, assim como a carência de materiais pedagógicos apropriados e/ou apoio familiar e estruturas físicas acessíveis.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Física Escolar. Educação Básica.

Abstract

This scientific article is a descriptive literature review and field research that seeks to discuss the connections and approximations between School Physical Education and Special Education in Basic Education. Special Education is a teaching modality in Basic Education that is linked to all stages of teaching in Basic Education, that is, with Early Childhood Education, Elementary Education and High School. Physical Education, being a mandatory curricular component that belongs to the area of knowledge of Languages, is integrated into all stages and teaching modalities of Basic Education. The field research was carried out with the application of questionnaires directed to 21 Physical Education teachers who work in Basic Education in public schools in the municipal education network of Colatina, state of Espírito Santo. In this sense, the objective of this research is to discuss possibilities of working with the Physical Education curricular component combined with Special Education. The contributions of this curricular component to Special Education, in Basic Education, will be under constant discussion in this research. The research results demonstrate possibilities for articulation between Physical Education and Special Education, but there is still a lack of appropriate teacher training to work with children with disabilities, as well as a lack of appropriate teaching materials and/or family support and accessible physical structures.

Keywords: Special Education; School Physical Education; Basic Education.

1. Introdução

A pesquisa aqui descrita tem como foco central investigar as conexões e aproximações do trabalho pedagógico entre a Educação Física e a Educação Especial envolvendo professores de Educação Física que atuam na Educação Básica Pública.

A Educação Física, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) é considerada um componente curricular obrigatório da Educação Básica que tem como objetivo empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem dos movimentos e práticas corporais, assim como a valorização do trabalho coletivo e a cooperação. (Brasil, 2017).

A Educação Especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010) é considerada uma modalidade de ensino da Educação Básica sendo transversal e articulada a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo necessária sua previsão no projeto político-pedagógico da escola.

Nesse sentido, destaca-se a importância da realização de um trabalho pedagógico que possa integrar os estudantes com deficiência no Ensino Regular,

de modo especial, nas aulas de Educação Física que é o caso da temática central desta pesquisa. A formação dos professores pode ser um dos aspectos importantes nessa integração.

Com o objetivo de apresentar a trajetória desta pesquisa, estruturamos este artigo em seis seções, incluindo esta introdução e as referências. Nesta introdução expõe-se o amparo legal para articulação da Educação Especial com a Educação Física. Na segunda seção desenvolve-se discussões teóricas e aspectos legais da Educação Física e Educação Especial. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Na quarta seção apresenta-se a descrição e análise dos resultados da pesquisa em categorias temáticas. E, por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 Aspectos Legais da Educação Física

De acordo com Cruz (2011), o curso de Pedagogia surgiu no Brasil no final da década de 1930 por meio dos

A Educação Física, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010) é um componente curricular que integra a Base Nacional Comum da Educação Básica e, junto com os demais componentes curriculares tem o objetivo de desenvolverem habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) a Educação Física se apresenta como um componente curricular obrigatório para toda a Educação Básica, sendo sua prática facultativa em algumas situações expressas na referida legislação.

Em se tratando da Educação Infantil que não possui componentes curriculares, identifica-se os conteúdos da Educação Física contemplados nos Campos de

Experiências, de modo especial no campo “Corpo, Gestos e Movimentos” que trabalha as experiências das crianças em situações de brincadeiras nas quais exploram o espaço com o corpo e as diferentes formas de movimentos (Brasil, 2017).

Quando direcionamento o olhar para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), identifica-se que a Educação Física é um componente curricular que pertence a área de conhecimento de Linguagens.

De acordo com a BNCC (Brasil, 2017) esse componente curricular tem a concepção de que as práticas corporais em suas diversas formas de significação são manifestações das possibilidades expressivas dos cidadãos, produzidos por diversos grupos sociais ao longo da história.

As práticas corporais precisam ser exploradas como fenômeno cultural diversificado, singular, plural e contraditório, de forma que possa oferecer uma série de possibilidades para enriquecer a experiência dos estudantes na Educação Básica (Brasil, 2017).

De acordo com a BNCC (Brasil, 2017), existem três elementos que são comuns às práticas corporais. Um elemento está vinculado ao movimento corporal que é essencial; outro elemento a organização interna de maior ou menor grau e, por último, a prática corporal vinculada ao lazer e entretenimento associado aos cuidados com o corpo e a saúde.

Nesse contexto, percebe-se a importância do trabalho com a Educação Física na Educação Básica, de fundamental importância para a promoção do sujeito integral, com respeito as diferenças, solidariedade e cooperação. Nas aulas de Educação Física podem ser vivenciadas experiências que trabalhe esses aspectos que possam realmente preparar o estudante para o real exercício de cidadania. (Barbosa, 2004).

Diante da importância e obrigatoriedade do trabalho com a Educação Física na Educação Básica, é necessário que os profissionais desse componente curricular tenham a formação adequada de nível superior em Licenciatura, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Para a atuação docente como profissional de Educação Física é importante destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Física.

Nessa diretriz (Brasil, 2018), a Educação Física tem como campo de estudo e de aplicação a motricidade e a cultura do movimento corporal com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, dos esportes, das lutas e da dança com foco no atendimento às necessidades sociais da saúde, da educação e da formação da cultura do alto rendimento esportivo e do lazer.

Em se tratando especificamente dos cursos de licenciatura em Educação Física, eles deverão qualificar os futuros professores, de forma que sejam capazes de problematizar e contextualizar conhecimentos teóricos e práticos sobre “motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico”. (Brasil, 2018, p. 4).

2.2 Aspectos Legais da Educação Especial

A Educação Especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010) é uma modalidade de ensino da Educação Básica que integra o conjunto das 07 (sete) modalidades de ensino da Educação Básica.

Essa modalidade de ensino se articula a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, sendo parte integrante da educação regular. De acordo com as Diretrizes (Brasil, 2010), os estudantes com alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deverão ser matriculados nas escolas regulares.

As escolas regulares precisam criar condições para que os professores possam explorar as potencialidades de todos os estudantes, de forma que o diálogo e interação ocorra no ambiente escolar no intuito de acolher, da melhor forma possível, as habilidades e necessidades dos estudantes.

Em uma articulação com as demais modalidades mencionadas, os sistemas de ensino deverão observar as seguintes orientações no trabalho envolvendo a Educação Especial:

- I - o pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular; II - a oferta do atendimento educacional especializado; III – a

formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas; IV - a participação da comunidade escolar; V - a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes; VI - a articulação das políticas públicas intersetoriais. (Brasil, 2010, p. 12).

No contexto da legislação oficial é importante ressaltar a existência das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), que foi um marco histórico na consolidação da garantia do direito a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

A referida diretriz, entre outros aspectos, visa garantir as situações específicas, os perfis, as características biopsicossociais dos estudantes e suas faixas etárias, com promoção dos princípios éticos, políticos e estéticos, assegurando:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (Brasil, 2001, p. 2).

Corroborando com os aspectos mencionados nas legislações e, tendo em vista, os objetivos traçados nesta pesquisa é importante considerar as conexões e possibilidades de articulação entre a Educação Física e a Educação Especial. Essas conexões e possibilidades vão ao encontro das legislações oficiais quando destacam a necessidade de flexibilização e adaptação curriculares, no trabalho com os estudantes com deficiência.

Essas adaptações curriculares precisam considerar diversos aspectos no contexto escolar entre metodologias de ensino e recursos didáticos adequados, assim como processos de avaliação diferenciados, sempre respeitando a individualidade de cada estudante e a frequência obrigatória. (Brasil, 2001).

3. Metodologia

Esta pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa, desenvolvida com professores de Educação Física que atuam na Educação Básica Pública.

Os procedimentos metodológicos, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), podem ser considerados como processos ou operações mentais que podemos empregar na investigação, ou seja, é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.

A pesquisa qualitativa estabelece relações direta entre o mundo real e o sujeito estabelecendo vínculos entre a objetividade do mundo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números (Goldemberg, 2001). Nesse sentido, procura-se estar mais próximo possível da realidade a ser investigada, sem perder o foco principal da pesquisa associando visão sistêmica e organização dos referenciais teóricos alinhados a pesquisa de campo.

3.1 Construção e Análise dos Dados

Como ferramentas de construção dos dados, utilizou-se questionários com perguntas abertas e fechadas que foram aplicadas a 21 professores da Educação Física da rede municipal de ensino de Colatina. As perguntas estão relacionadas a articulação do trabalho pedagógico desse componente curricular em articulação aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Foram aplicadas 07 perguntas relacionadas ao gênero; a formação acadêmica; tempo de atuação como docente; formação na área de Educação Especial; como as práticas de Educação Física podem ajudar na inclusão dos estudantes com deficiência na escola regular; dificuldades em relação a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física; preparação para trabalhar com crianças com deficiência.

Além da pesquisa de campo, foram realizadas análises das legislações oficial que ampara o trabalho pedagógico com a Educação Física e a Educação Especial.

A análise dos dados coletados por meio da aplicação dos questionários foi

organizada em categorias temáticas definidas a priori levando em consideração as perguntas acima especificadas.

Essas categorias, de acordo com Bardin (2009, p.145) “são rubricas ou classes, as quais se reúnem um grupo de elementos (unidades de registros, no caso de análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

4. Resultados e Discussões

4.1 Caracterização da formação acadêmica e tempo de atuação docente

Em se tratando dos professores participantes da pesquisa a maioria, ou seja, 15 são do gênero masculino e 06 do gênero feminino, prevalecendo uma preponderância masculina na atuação docente no componente curricular de Educação Física na rede municipal de ensino de Colatina.

Em relação a atuação docente a maioria possui mais de 10 anos de atuação como professor de Educação Física, e a minoria, ou seja, 04 professores possuem de 05 a 10 anos de tempo de trabalho como professor. Esses resultados demonstram, de certa forma, que a maioria dos professores participantes da pesquisa são experientes no trabalho com o componente curricular de Educação Física.

Nos aspectos da formação acadêmica, 17 professores possuem pós-graduação lato sensu, 02 com graduação, 01 com mestrado e 01 com doutorado. Em relação a formação na área específica da Educação Especial, a grande maioria não possui formação nessa área, totalizando 13 professores. Os demais professores possuem algum curso de formação continuada ou pós-graduação na área de Educação Especial.

4.2 Caracterização das práticas de Educação Física integradas à Educação Especial

Nesse contexto de categorização, a maior parte dos professores participantes da pesquisa ressaltam que é possível trabalhar com os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física.

Alguns professores destacam que a prática de exercícios físicos é considerada fundamental para o desenvolvimento cognitivo e motor dos estudantes, sendo um ambiente favorável para a cooperação, socialização, coletividade e respeito ao próximo, independente do tipo de limitação física.

Importante destacar que um professor ressalta que ainda existem visões distorcidas por parte de profissionais da educação em relação ao trabalho pedagógico com estudantes com deficiência. Essas visões vão desde a achar que o profissional de apoio deve assumir a responsabilidade pela aprendizagem da criança com deficiência, assim como por não possuir uma formação adequada não seja sua responsabilidade a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Uma professora do gênero feminino destaca que é possível incluir os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física quando realmente consegue-se desenvolver atividades adaptadas de acordo com cada tipo de deficiência.

Um professor do gênero masculino que já possui mais de dez anos de experiência docente ressalta que a Educação Física se diferencia dos demais componentes curriculares, tendo em vista que a cultura corporal do movimento faz com que os estudantes sejam eles mesmos durante a realização das atividades, facilitando o processo de inclusão e aceitação dos demais estudantes.

Percebe-se também, de acordo com alguns relatos de professores que os estudantes têm mudado os seus comportamentos em relação aos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Os estudantes têm-se solidarizado com as fragilidades das crianças com deficiência. Certo professor relata que em suas aulas sempre tem alguns estudantes que se preocupam com os colegas que possui alguma dificuldade ou deficiência e tentam apoiá-los e incentivá-los a fazer as atividades, mesmo com limitações.

4.3 Caracterização das dificuldades com a inclusão dos estudantes com

deficiências nas aulas de Educação Física

Em relação as dificuldades no trabalho com as crianças com deficiência nas aulas de Educação Física a maior parte dos professores ressaltam a falta de materiais e recursos adequados, estrutura física, assim como ambientes inclusivos para trabalhar com os estudantes com deficiências.

Alguns professores mencionam que falta determinado apoio por parte da equipe gestora da escola, assim como apoio familiar. Um determinado professor destacou que tem um estudante com deficiência em que a família não aceita a deficiência do filho e nem tão pouco busca tratamento e apoio com especialistas para tratamento dele, mesmo com orientações e aconselhamentos por parte da escola.

Importante ressaltar que a fala de um professor que ressalta ser desafiador o trabalho com as crianças com deficiência, *“pois exige um planejamento prévio, mesmo assim pode não ocorrer como previsto. Hoje nos temos cuidadões não preparados e muitas crianças que ainda não tem laudo fechado”*.

Além de relatos como esse, uma professora ressalta a superlotação de salas de aula que também dificulta o trabalho e desenvolvimento de atividades específicas com os estudantes com deficiência. Essa professora menciona que ainda precisa-se melhorar bastante para conseguirmos incluir, de fato, as crianças com deficiência no ensino regular.

Outro professor menciona a falta de profissionais de apoio para ajudar no trabalho com as crianças com deficiência. Esse professor cita, por exemplo, o Transtorno Opositor Desafiador - TOD, que não dá direito a ter um profissional de suporte pedagógico em sala de aula, mas ressalta que estudantes com essa deficiência são agressivos e não percebem o perigo, pois eles colocam a própria vida em risco e a dos outros ao redor também.

É curioso destacar a fala de um professor que menciona não ter dificuldades em incluir os estudantes com deficiência em suas aulas de Educação Física. Esse professor diz que sempre consegue incluir os estudantes em todas as atividades propostas, porém são não participam quando estão irritados.

A afirmação desse professor vai ao encontro das considerações de Mazotta

(2003), quando defende alternativas que possam viabilizar a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

A Educação Física pode ser uma aliada na educação inclusiva, sendo um componente curricular socializador, que prioriza o movimento corporal, a melhora da autoestima e da confiança dos indivíduos em seu corpo e contribui na superação de suas limitações.

Resumindo outras falas de professores em relação as dificuldades com a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, alguns destacam a *“falta de materiais acessíveis adequados, pois cada atividade demanda equipamentos diferentes que demandam alta segurança para a realização de atividades”*.

Outro professor ressalta a solidariedade dos demais estudantes com os colegas que possuem alguma deficiência e menciona que o maior desafio é lidar com situações quando o estudante deficiente se desorganiza e entra em crise e nem sempre tem alguém por perto para ajudar.

5. Considerações Finais

Direcionando o olhar para o perfil dos professores participantes da pesquisa conseguimos compreender os resultados obtidos na aplicação dos questionários. A maior parte dos professores participantes da pesquisa são do gênero masculino e com mais de dez anos de experiência, porém a maioria não possui formação específica na área de Educação Especial.

Diante dessa carência de formação na área de Educação Especial, talvez se justifique as diversas dificuldades relatadas por eles em incluir os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, porém não podemos perder o foco da possibilidade de incluir os estudantes nas atividades regulares.

A inclusão abrange o processo de qualquer estudante, independente “de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, para serem recebidos em todas as escolas”, sem preconceitos contra as diferenças, e atendendo suas necessidades (Batista, 2006).

Nesse sentido, olhando para os objetivos traçados nesta pesquisa ressalta-se

que eles foram atingidos quando se percebe as diversas conexões e interlocuções entre a Educação Física e a Educação Especial.

Essas conexões vão desde as dificuldades para incluir os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, assim como também as possibilidades de os incluir. As dificuldades estão em torno da falta de estrutura física das escolas; falta de materiais acessíveis e adequados ao desenvolvimento de determinadas atividades; carência de formação docente na área de Educação Especial, entre outros aspectos já discutidos na seção dos resultados e discussões.

Mesmo diante das dificuldades, a maior parte dos professores, ou seja, 14 deles disseram que se sentem preparados para trabalhar com os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, o que demonstra certa preocupação e cuidado com um trabalho pedagógico que realmente possa promover a aprendizagem desse público-alvo da Educação Especial.

Com o desenvolvimento da pesquisa fica evidente a necessidade de mais formação docente na área de Educação Especial, assim como orientações e trabalhos que possam conscientizar as famílias e equipes das escolas, de forma que de fato possamos incluir as crianças com deficiência não só nas aulas de Educação Física, mas em todas as escolas regulares.

Quando proporcionamos ambientes de aprendizagem acessíveis com apoio familiar e apoio dos profissionais da escola, é possível que as dificuldades com a inclusão com os estudantes com deficiência no ensino regular possam diminuir, pois ainda é bastante notável na fala dos professores muitas dificuldades em incluir os estudantes nas atividades regulares.

Mesmo com as dificuldades apontadas nesta pesquisa em incluir os estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, percebe-se que é possível inclui-los quando se tem boa vontade, disposição e apoio escolar e familiar.

Referências

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação Física Escolar: da alienação à libertação**. 4.ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: edições 70, 2009.

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. MEC/CNE/CEB. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília. MEC/CNE/CEB. Disponível em: <Ministério da Educação - Ministério da Educação (mec.gov.br)>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Brasília. MEC. 2017. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — Ministério da Educação (www.gov.br). Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília. MEC. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 2001.

MAZZOTA, M J S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da Política educacional Brasileira. **Movimento: Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense**. Educação Especial e Inclusiva. n.7. maio 2003. Niterói: EdUFF, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.